

DOCTRINA

ARTIGOS

Sanções não pecuniárias por infrações contra a ordem econômica

Alexandre Ditzel Faraco, Ana Paula Martinez, Eric Hadmann Jasper	9
1 Introdução.....	10
2 Fundamentos jurídicos para a aplicação de sanções administrativas por infrações contra a ordem econômica.....	10
3 Jurisprudência nacional	14
Cartel das britas	16
Cartel dos gases industriais e hospitalares.....	17
Cartel das empresas de vigilância privada.....	18
Ecad	20
Cartel de peróxidos de hidrogênio.....	22
Abuso de posição dominante no mercado de fabricação de placas	22
4 Direito comparado.....	23
4.1 Estados Unidos	23
4.2 União Europeia	25
4.3 Outras jurisdições	28
5 Conclusão	28

Convenções, acordos internacionais, FATCA e sigilo bancário

Eduardo Salomão Neto	41
Proteção ao sigilo bancário no Brasil	42
Natureza do sigilo bancário e fundamento da sua proteção	44
Exceções ao sigilo e sua casuística.....	46
O Fisco e o sigilo bancário	47
Efeitos no Brasil de acordos internacionais	48
Confronto entre tratados internacionais e Lei do Sigilo Bancário	49
As convenções para prevenir a dupla tributação	50
Acordos para troca de informações	52
Transferência da obrigação de sigilo ao Fisco.....	52
FATCA e sigilo bancário	54
Uma forma específica de violação do sigilo bancário pelo FATCA: os IGAs	55
Efeitos penais e civis da violação de sigilo bancário no âmbito do FATCA	57
Conclusão	60

Notas sobre o conceito de serviço público e suas configurações na atualidade

Florian de Azevedo Marques Neto, Rafael Roque Garofano	63
1 Introdução.....	63
2 Contextualização necessária – A concepção tradicional de serviço público.....	64
3 A doutrina nacional em matéria de serviço público.....	65
4 As crises da noção de serviço público e o cenário atual	67

5	A prestação de serviços públicos em regime de competição.....	68
6	A problemática atual em torno do conceito de serviço público.....	70
7	Perspectivas acerca do conceito de serviço público	71
8	Conclusão	74
	Referências	76

Custos e rendas na distribuição federativa dos recursos do pré-sal

Giorgio Brosio, Gustavo Kaercher Loureiro	79
I A controvérsia em torno da distribuição federativa das participações governamentais....	79
Seção I – O texto do art. 20, §1º, da Constituição – Dificuldades hermenêuticas	83
I.1. O panorama do direito brasileiro, desde 1985.....	83
I.2. O texto do §1º do art. 20 da Constituição – Gênese, conteúdo e dificuldades	86
Seção II – A teoria econômica da exploração dos recursos naturais	89
II.1. As características empíricas da indústria de exploração dos recursos naturais, em particular, do petróleo no <i>offshore</i> brasileiro	89
II.2. A economia pública dos recursos naturais – Rendas, custos e mecanismos de apropriação dessas grandezas.....	92
Seção III – A interpretação do texto constitucional e as diretrizes para o legislador ordinário.....	97

Estabilidade financeira e o Tratado Orçamental

José Casalta Nabais	105
I A estabilidade financeira no séc. XXI	106
1 O século XX político e jurídico	107
2 Reformar a sociedade	108
3 Repensar o papel do Estado na economia	110
4 Compreender a sustentabilidade	113
4.1 A sustentabilidade estadual.....	114
4.2 A sustentabilidade fiscal do Estado	117
II O Tratado Orçamental.....	122
1 Da necessidade do tratado e seu procedimento	122
2 O conteúdo e o significado do Tratado Orçamental.....	124
III Algumas considerações finais	126

Reflexões sobre a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)

Leila Cuéllar, Clóvis Alberto Bertolini de Pinho	131
1 Introdução.....	131
2 O fenômeno da corrupção e a Lei Anticorrupção	132
3 Contexto de inserção da Lei.....	135
3.1 Responsabilidade penal da pessoa jurídica	136
3.2 A normativa internacional e a Lei Anticorrupção	138
3.3 Inserção da Lei Anticorrupção dentre as normas que tratam do controle da Administração Pública no Direito brasileiro	140
4 Algumas considerações sobre a Lei Anticorrupção para a Administração Pública – Conceito de Administração Pública	144
5 Responsabilidade civil objetiva.....	147
5.1 Risco proveito.....	148
5.2 Risco profissional	149
5.3 Risco excepcional	149
5.4 Risco integral.....	150
5.5 Risco criado	151
5.6 A admissão da responsabilidade objetiva no Direito brasileiro	151

6	Desconsideração da personalidade societária em sede administrativa	157
7	Aplicação de sanções e garantias necessárias e proteção de pessoas físicas e jurídicas	160
8	Conclusões	165
	Referências	166

Breves notas sobre arbitragem marítima e portuária

Oswaldo Agripino de Castro Junior	171
Introdução	171
1 Aspectos introdutórios da arbitragem.....	173
1.1 Aspectos jurídicos da responsabilidade do transportador marítimo.....	175
1.2 Cláusulas relevantes no conhecimento de embarque marítimo	176
1.2.1 <i>Paramount Clause</i>	176
1.2.2 Cláusula de jurisdição ou de eleição de foro – Determina qual a competência jurisdicional	176
1.2.3 Cláusula de avaria grossa e cláusula <i>New Jason</i>	176
1.2.4 Cláusula de identificação do transportador (<i>identity of carrier clause</i>)	177
1.2.5 Cláusula de exceção geral (<i>exception general clause</i>)	177
1.3 Arbitragem marítima.....	177
1.3.1 Arbitragem marítima nas Regras de Roterdã.....	180
2 Arbitragem portuária.....	181
3 Possibilidades e limites da arbitragem nas atividades marítima e portuária	185
Conclusão	188
Referências	189

A intervenção do Estado no domínio econômico via extrafiscalidade do Direito do Crédito Público brasileiro

Otacílio dos Santos Silveira Neto	191
1 Introdução.....	191
2 As finanças públicas, o direito financeiro e o Direito do Crédito Público	193
3 A intervenção do Estado no domínio econômico via atividade financeira do Estado.....	194
4 A extrafiscalidade do Direito do Crédito Público	199
5 A disciplina do crédito público de cunho extrafiscal na Lei de Responsabilidade Fiscal brasileira.....	202
6 Conclusão	203
Referências	204

Prorrogação de concessão de serviço público

Rafael Munhoz de Mello	207
1 Introdução.....	207
2 Licitação e prorrogação de concessão de serviço público	208
3 O prazo das concessões de serviço público.....	209
4 A prorrogação da concessão de serviço público	210
4.1 Hipóteses imprevisíveis quando da celebração do contrato	212
4.1.1 A continuidade do serviço público.....	212
4.1.2 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	213
4.1.3 Desnecessidade de previsão no edital de licitação ou no contrato	218
4.2 A prorrogação previamente pactuada no contrato.....	218
5 Conclusão	221
Referências	221

Arbitragem e Administração Pública – Considerações sobre propostas de alteração da legislação

Thiago Marrara, João Otávio Torelli Pinto	223
1 Introdução – Arbitragem, Judiciário e Administração	223
2 Potenciais vantagens da arbitragem	226
3 Arbitragem e interesse público – Tensões superadas?	230
4 Arbitragem e Administração – Evolução legislativa	234
5 Arbitrabilidade objetiva e subjetiva.....	237
6 Legislação administrativa <i>versus</i> jurisprudência.....	239
7 A proposta de nova Lei de Arbitragem.....	243
8 Conclusão	246
Referências	247